



A construção da autonomia indígena por meio do processo de gestão de recursos: uma análise do caso do PBA Timbira e das agências Wyty-Catê e PEMPXÀ.

Bruno Aluísio Braga Frágoso¹

Bruno dos Santos Hammes²

Introdução

A implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE – Estreito), no Maranhão, na divisa com o estado do Tocantins, foi um “divisor de águas” literalmente, pois se constitui como um marco geográfico e social para a região, para as pessoas e para o cotidiano dos habitantes das cidades envolvidas no empreendimento, mas principalmente nas populações ribeirinhas e povos tradicionais, sobretudo, os povos indígenas que se mantêm há milênios, margeando e (com)vivendo com o rio Tocantins e seus afluentes fazendo deste um personagem ativo para a reprodução dos modos de viver, saber e fazer de forma indissociável. Sendo então, fundamental para a continuidade da vida, saberes e tradições, ou seja, o rio está intrinsecamente ligado às culturas dos grupos. Buscamos nesta pesquisa esquadriñar o processo de negociação entre os povos indígenas impactados pelo Consórcio Estreito Energia – CESTE.

Para dar conta desse tema, recorreremos à análise documental e bibliográficas de atas, regimentos, termos de cooperação técnica, relatórios, depoimentos, entrevistas documentadas e estudos acadêmicos produzidos para além do processo de discussão, formação e execução do Plano Básico Ambiental – PBA Timbira, como pode ser percebido em FRAGOSO *et al* (2018).

O interesse analítico no processo se deve ao formato em que este Plano Básico Ambiental (PBA) foi firmado. Tendo em vista que, em nosso entendimento, ele considera e respeita (na margem do que foi possível negociar) as especificidades sociais, socioambientais

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Carolina_MA, brunotimbira06@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1322324678163222>

² Mestre em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás (UFG), Araguaína-TO, brunohammes@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/8753627758869065>

e culturais dos povos Timbira, e proporciona a estes povos, ou seja, aos Apinajé, Krahô, Krikati e Gavião, a oportunidade de fazer a gestão dos recursos financeiros firmado pelo Consórcio CESTE para mitigar os impactos causados pelo empreendimento. Criando, dessa maneira, um espaço propício ao exercício da autonomia desses povos, a saber, o gerenciamento dos recursos financeiros.

Objetivo(s)

O objetivo desse trabalho, então, foi elaborar um apanhado acerca do processo de implantação do empreendimento, para compreender os posicionamentos dos povos Timbira em relação a tais mudanças dentro e fora dos territórios e a interferência deste processo no seu modo de vida.

Método

A metodologia de pesquisa utilizada para desenvolver este trabalho envolve: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental buscando, assim, constituir um panorama sobre a relação dos povos indígenas com a UHE Estreito e o começo da implementação da compensação ambiental a eles destinada.

No tocante à pesquisa bibliográfica, buscamos na literatura conceitos que explicassem as particularidades dos povos aqui apresentados e todo o processo de implantação de hidrelétrica. Fundamentação presente principalmente em Silva Júnior (2014), que explana sobre o processo histórico das hidrelétricas no Brasil e se aprofunda no caso da UHE Estreito e; Almeida (2007), que traz importante contribuição sobre a implantação da UHE – Estreito, os povos indígenas e o processo de licenciamento.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Matos e Vieira (2001) afirmam que,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (MATOS E VIEIRA, 2001, p.40)

No tocante à análise documental, utilizamos arquivos, relatórios, atas, regimentos e entrevistas. De modo que o autor afirma que,

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, audiovisual etc. (MATOS E VIEIRA, 2001, P.40)

Alguns dos documentos utilizados merecem uma explanação dos motivos que levaram a escolha para análise, como é o caso das atas. As atas aqui mencionadas são os documentos oficiais do Conselho Gestor, que é o órgão máximo de deliberações acerca do Plano Básico Ambiental Timbira (PBA Timbira). São as palavras contidas nestes registros que selam todas as decisões tomadas pelo grupo. Tivemos acesso a todas as atas de reuniões ordinárias desde 2011, época em que ainda não se categorizava o grupo com o nome de Conselho Gestor, mas sim, como “Ata da reunião referente ao programa de proteção e monitoramento dos povos e terras indígenas”.

Ainda sobre documentos oficiais, são destacados também os Regimentos da Agência Implementadora e do Conselho Gestor, que são os pontos norteadores e regulamentadores para o desenvolvimento do PBA – Timbira. Consideramos como importante o Termo de Cooperação entre CESTE e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que foi o marco definitivo do início da execução do PBA – Timbira.

Resultados

O PBA – Timbira cerne deste trabalho se diferencia dos demais em inúmeros aspectos, mas julgo importante pontuar, ao menos dois deles: pela presença do diálogo conduzido pelos indígenas, e pela forma como se dá o uso dos recursos: há um fundo onde as parcelas são depositadas, e todo o desenvolvimento dos projetos é feito utilizando apenas o rendimento deste fundo.

Estes fatores nos permitem concluir que se busca com isso que se construam resultados em médio e longo prazo no que tange a gestão participativa e democrática. Assim como minimizar os impactos que podem acompanhar esse processo financeiro, como conflitos entre lideranças e multiplicação de aldeias, iniciam-se os encontros entre os povos para estabelecerem o formato da administração do recurso. É criado um regimento para o Conselho Gestor e um Regimento para a Agência Implementadora, que obedece aos pontos

do Termo de Cooperação firmado com o CESTE, Ainda no bojo desta estrutura é criado um Concelho Gestor, ao qual se atribui o papel e o dever de ser a instância mais alta de discussão e deliberação acerca dos temas referentes ao PBA – Timbira.

O caráter democrático de um conselho gestor é como um ponto de partida para alcançar a cidadania plena, que não consista em apenas saber das leis e dos direitos assegurados, mas sim de oferecer aos cidadãos a consciência do poder que têm, pois são sujeitos dotados de direitos e tem responsabilidades em uma cidadania participativa (OMISTE, LÓPES e RAMIREZ, 2000).

Sendo assim, sua composição além de trazer um cunho democrático, em comparação com outros modelos de gestão de recursos de compensação, torna também estratégico para a tomada de decisões do empenho dos recursos.

Por ocasião de várias reuniões sobre o tema. Levou-se em consideração a divisão do recurso para determinar a quantidade de conselheiro e estabeleceu-se dessa maneira: 04 conselheiros Apinayé titulares e suplentes, pois é o povo com maior porcentagem destinada de recurso (50%) do total), 03 conselheiros Krahô titulares e 03 suplentes, e nos povos Gavião e Krikati, 2 titulares e dois suplentes cada, além de dois conselheiros da FUNAI.

Como fruto destas reuniões, também foi decidido que o CESTE pode participar das reuniões como ouvinte, mas que não teria assento deliberativo no conselho gestor. “Ficou acordado com o CESTE não tenha assento no Comitê, em função de que não teria demonstrado interesse em dialogar com os povos indígenas impactados pelo UHE Estreito”. O CESTE recebe todos os relatórios, plano de trabalho e prestações de contas referentes ao PBA-Timbira, após a anuência do Concelho. Que também é um espaço acima de suas funções estatutárias e deliberativas, um espaço que dada a sua composição étnica, se configura como um espaço educativo, e que pode também construir a tão desejada autonomia indígena.

Conclusão

O PBA – Timbira, como pioneiro neste modelo de gestão de recursos de compensação ambiental, oferece aos principais atingidos, e consequentemente, interessados, o protagonismo sobre os caminhos a serem seguidos. Como componente indígena, proporciona aos Povos indígenas envolvidos aporte financeiro para inúmeras atividades, sejam elas de fortalecimento cultural, institucional, e até mesmo de assegurar a alimentação a estes povos,

tendo em vista que, os povos indígenas são sistematicamente marginalizados perante a sociedade brasileira.

Referências

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Parte II – Energia Hidráulica. In: elétrica, A.N.D.E. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília: [s.n.], 2008. p.236.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terra indígenas e a licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**: análise etnográfica de um conflito socioambiental, 2007.122.f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ASSOCIAÇÃO WYTY-CATË DOS POVOS TIMBIRA DO MARANHÃO E TOCANTINS, CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. **Plano de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas Timbira Hêmpejxá ampô pjë inpej**. Brasília:[s.n.], 2012.

BEZERRA, José Carlos. Impactos Socioambientais causados por construção de usinas hidrelétricas: o caso da construção da UHE Estreito. **II Simpósio de educação, cultura e meio ambiente**: educação e ciência na Amazônia, Tocantinópolis, 2007.219-240.

BRASIL. Resolução Conama 237/1997. Realiza a revisão dos procedimentos utilização e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a do Sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 02 no. 2021.

FERREIRA, Dallyla Tais Assunção Milhomem *et al.* Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da Usina Hidrelétrica de Estreito, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente [online]**, v. 30, p. 73-87, jul. 2014. Disponível em:

<<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/34187>>. Acesso em: 5 agosto 2021.

FRAGOSO, Bruno Aluísio Braga; HAMMES, Bruno dos Santos; COSTA, Kênia Gonçalves. Plano Básico Ambiental Timbira: uma análise da implementação de um modelo de gestão indígena de recursos financeiros na mitigação de danos socioambientais. **PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 125 - 157, 2019. DOI: 10.5965/1984724619412018125. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724619412018125>. Acesso em: 8 maio. 2023.

LAMONTAGNE, Annie. **Os impactos do processo de licenciamento ambiental**: Análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da Usina Hidrelétrica de Estreito. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LIMA, Layanna Giordana Bernardo. **Os Akwê-Xerente no Tocantins**: território indígena e as questões socioambientais.2016. 320f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Guia de procedimentos do licenciamento ambiental federal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. p. 128.

MORAES, Cleso Fernandes de. **O olhar Apinayé sobre os empreendimentos capitalistas em torno de sua Terra Indígena**: enfrentamentos internos e externos.2009. 51f.

Monografia (Especialização em Indigenismo e Desenvolvimento Sustentável) -

Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OMISTE, A. Saavedra; LÓPEZ, Maria del C.; RAMÍREZ, J. Formação de grupos populares: uma proposta educativa. In: CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz (Org.).

Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p.168-184.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, dádiva e distopia: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José - TO.** 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Bragança, 2014.

SIQUEIRA JUNIOR, Jaime Garcia. **Wyty-Catë: cultura e política de um movimento pan-Timbira.** Contribuição ao entendimento das organizações indígenas e novas expressões da política indígena. 2007. 365f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2007.